

MINAS GERAIS - CADERNO 1

22º SRE - Montes Claros, 06465090 Glaciane Aparecida Ferreira Ramos – PEB – 1 - Coracao de Jesus - 61 - 01/04/2020 A 31/05/2020 - , 06465090 Glaciane Aparecida Ferreira Ramos – PEB – 2 - Coracao de Jesus - 61 - 01/04/2020 A 31/05/2020 - , 06465090 Glaciane Aparecida Ferreira Ramos – PEB – 1 - Coracao de Jesus - 61 - 01/06/2020 A 31/07/2020 - , 06465090 Glaciane Aparecida Ferreira Ramos – PEB – 2 - Coracao de Jesus - 61 - 01/06/2020 A 31/07/2020 - , 09540238 Laureia Luzinete Bicalho – PEB – 1 - Padre Carvalho - 60 - 01/06/2020 A 30/07/2020 - , 09540238 Laureia Luzinete Bicalho – PEB – 2 - Padre Carvalho - 60 - 01/06/2020 A 30/07/2020 - , 10973949 Leila Lucimere Bicalho – PEB – 1 - Cristalia - 60 - 31/05/2020 A 29/07/2020 - 43º SRE - Aracuai, 03685120 Eva Pereira dos Santos Lima – PEB – 2 - Salinas - 60 - 01/06/2020 A 30/07/2020 - , 11299385 Andreia Silma Almeida Duarte – PEB – 1 - Salinas - 60 - 30/04/2020 A 28/06/2020 -

COMUNICAÇÃO : 1237/2020

REGIONAL : Juiz de Fora
Licenças concedidas, no interior e na sede nos termos da Lei 869/52, combinado com o Decreto 46.061 de 10/10/2012.
Órgão SRE Masp Nome Cargo Adm Localidade Período Artigo
Secretaria de Estado de Educacao 18º SRE - Juiz de Fora, 05571450 Flavia de Oliveira Mattos – PEB – 1 - Bicas - 90 - 12/04/2020 A 10/07/2020 - 172, 12624995 Ana Carmen Fortes Fernandes – ATB – 2 - Juiz de Fora - 60 - 17/05/2020 A 15/07/2020 - 172

Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais - IPSEMG

Presidente: Marcus Vinicius de Souza

ATOS DA DIRETORIA DE PREVIDÊNCIA PENSÕES POR MORTE

Concede, nos termos do Art. 40, § 7º, I, da CF/88, C/ Red. da EC 41/03, C/C Art. 2º da Lei 10.887/04, C/C Art. 4º e 6º da LC 64/02 e Decreto 42.758/02, benefícios de pensão por morte a:

Nº Benefício	Instituidor	Beneficiário (s)	Data de Vigência	Protocolo
73161-7	Maria Jose Ramos Moreira	Luiz Carlos Moreira Campos	08/02/2020	17/07/2020
73167-6	Maria Cleusa da Silva	Roberto Jose da Silva	24/06/2020	20/07/2020
73168-4	Afranio Campolina de Medeiros	Berenice Macedo de Medeiros	10/05/2020	20/07/2020
73169-2	Maria Elizabeth Cardoso Munduruca	Kleber Rodrigues Munduruca	20/06/2020	20/07/2020
73170-6	Raquel Gomes Quadros	Dario de Freitas Quadros	28/04/2020	20/07/2020
73172-2	Maria da Graca Martins Guerra	Jose Maria Pereira Guerra	28/06/2020	20/07/2020
73173-0	Cylon Almeida Duarte	Zenilia da Costa Santos	30/05/2020	20/07/2020
73174-9	Nilza de Castro Rios	Sebastiao Duarte Rios	20/06/2020	20/07/2020

Concede, nos termos do Art. 40, § 7º, II, da CF/88, C/ Red. da EC 41/03, C/C Art. 2º da Lei 10.887/04, C/C Art. 4º e 6º da LC 64/02 e Decreto 42.758/02, benefícios de pensão por morte a:

Nº Benefício	Instituidor	Beneficiário (s)	Data de Vigência	Protocolo
73165-0	Edson de Almeida Campos Junior	Laura Maria da Piedade Lopes Campos	09/06/2020	20/07/2020

Marcus Vinicius de Souza – Presidente do Ipsemg

22 1378425 - 1

ATOS DA GERENTE DE BENEFÍCIOS – SEGURO E PECÚLIO

Indefere por falta de amparo legal requerimento(s) de pecúlio por morte a:

Instituidor(a)	Requerente(s)
Maria da Conceição Barbosa	Antenogenes Barbosa Oliveira; Lindoia Barbosa de Oliveira; Raimundo Rodrigues de Oliveira Filho; João Batista Barbosa; Genival Barbosa; Fátima Andrea Souza; Eustáquio Josefino Barbosa de Sousa.

Indefere por falta de amparo legal requerimento(s) de seguro coletivo por morte a:

Instituidor(a)	Requerente(s)
Maria da Conceição Barbosa	João Batista Barbosa
Jesus José Pinto	Patrícia Pires Alves; Hudson Marcos Pires Madureira.

Eliane Rocha de Araújo Andrade - Gerente de Benefícios

22 1378426 - 1

ATO DA DIRETORIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

CONCEDE REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE TRABALHO, para 20 horas semanais, nos termos da Lei nº 9.401, de 18/12/1986, por seis meses ao servidor: Masp 1073260-0, José Salvador da Silva, a partir de 22/04/2020, para regularizar a situação funcional.

CONCEDE REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE TRABALHO, para 20 horas semanais, nos termos da Lei nº 9.401, de 18/12/1986, por seis meses à servidora: Masp 1073032-3, Giselda Rosa Souza Araújo, a partir de 19/08/2019, para regularizar a situação funcional.

CONCEDE REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE TRABALHO, para 20 horas semanais, nos termos da Lei nº 9.401, de 18/12/1986, por seis meses à servidora: Masp 1073032-3, Giselda Rosa Souza Araújo, a partir de 22/04/2020, para regularizar a situação funcional.

Guilherme Parentoni Senra Fonseca
Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças.

22 1378105 - 1

Secretaria de Estado de Saúde

Secretário: Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva

Expediente

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

FÉRIAS PRÊMIO – RETIFICAÇÃO

RETIFICAÇÃO aos atos de gozo de Férias Prêmio referente ao(s) servidor (es):

MASP	Nome	Publicação	Onde se lê:	Leia-se:
4731-6	Christiano Augusto Bicalho Canedo	13/06/2017	3m vig. 01/07/2017 ref.3ºQQ	3m vig. 01/07/2017 ref.6ºQQ
4731-6	Christiano Augusto Bicalho Canedo	08/07/2011	6m vig. 20/06/2011 ref.1º e 2ºQQ	6m vig. 20/06/2011 ref.3º e 4ºQQ
382025-5	Andrea Claudia Eufrazio Ribeiro	23/10/2019	3m vig. 20/06/2011 ref.1º e 2ºQQ	3m vig. 20/06/2011 ref.1º, 2º e 6ºQQ

FÉRIAS-PRÊMIO EM ESPÉCIE

CONVERTE FÉRIAS-PRÊMIO EM ESPÉCIE, nos termos do Artigo 1º, § 1º, inciso I, do Decreto 44.391, de 3/10/2006, ao(s) servidor (es):

MASP	Nome	Saldo
04731-6	Christiano Augusto Bicalho Canedo	6m
0284123-7	Maria Pereira Jorge	3m
0288206-6 vínculo I	Osmar Jorge Leão	3m e 15 dias
0288363-5	Antonio Albuquerque Alvim Lima	3m
0288370-0	Bruno Petri Neto	23 dias
0288393-2	Irineu Inácio da Silva	4m e 5 dias
0288413-8	Luiz Eustáquio Linhares	3m e 13 dias
0292223-5 vínculo II	Maria das Mercês Souza Oliveira	1m
0349536-3	Luiza Marta Botelho Xavier	2m
0349608-0	Davi Eloi da Silva	2m
0358976-9	Lacir Jose Vieira	7m e 24 dias
0372269-1	Maria Sylvia Teixeira	4m
0373143-7	Wilson Elizeu Coelho	2 dias
0374664-1	Miguel Moreno Junior	3m e 2 dias
0375037-9	Ailton Alves Santos	10m
0376554-2	Nilton Gonçalves Lopes	5m
0378096-2	Maria Madalena	1m
0382025-5	Andrea Claudia E Ribeiro	1m
0382051-1	Claudia Maria Silva Pereira	2m e 5 dias
0382899-3	Marleide Catarina Jorge Godinho	3m
0382968-6	André Luiz Almeida Silva	8m
0383848-9	Ana Cristina da Silva Teixeira	9m
0383904-0	Nilce de Lourdes Marques Ferreira	7m
0384511-2	Maristela Rezende Ladeira	4m
0914266-2	Henrique Jose de Almeida Slaibi	3m
0915431-1	Maria Helena Feliciano Arruda	4m
0919002-6	Bauer Lopes de Oliveira	3m e 9 dias
0919427-5	Angelina Maria Pedrosa Alves	7 dias
0919455-6	Rita de Cassia Sarmiento Neta	6m

22 1378331 - 1

DIÁRIO DO EXECUTIVO

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

FÉRIAS PRÊMIO – RETIFICAÇÃO
RETIFICAÇÃO O (S) ATO (S) de gozo de férias-prêmio referente ao (s) servidor (es): MASP 913723-3, CARLOS MAGNO FERREIRA, publicado em 22/07/2020, onde se lê: por 3 mês (es) referente ao 7º quinquênio, a partir de 13/07/2020, leia-se: por 4 mês (es) referente ao 5º e 7º quinquênio, a partir de 13/07/2020.
FÉRIAS PRÊMIO – AFASTAMENTO
AUTORIZAÇÃO AFASTAMENTO PARA GOZO DE FÉRIAS-PRÊMIO nos termos da resolução SEPLAG nº22, de 25/4/2003 ao (s) servidor (es): MASP 365550-3, AGUIDA MARIA DE FREITAS, por 1 mês (es), referente (s) ao 5º quinquênio a partir de 20/07/2020; MASP 348078-7, MARIA DENISE RAMOS, por 1 mês (es), referente (s) ao 6º quinquênio a partir de 21/07/2020.

22 1378474 - 1

EXPEDIENTE DA DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

CONCEDE QUINQUÊNIO, nos termos do artigo 112, do ADCT, da CE/1989, ao servidor: Masp 0371789-5, Lauro Sérgio Amaral, referente ao 6º quinquênio adm., a partir de 26/06/2012 e 7º quinquênio adm., a partir de 25/06/2017, em atenção à averbação procedida no Ofício Seplag/DCCTA 171 (doc. SEI nº 16863979) em cumprimento à sentença proferida no Processo Judicial nº 9055864-28.2018.8.13.0024. CONCEDE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO, nos termos do artigo 113 do ADCT da CE/1989, c/c o inciso XIV do artigo 37 da CR/1988, ao servidor: Masp 0371789-5, Lauro Sérgio Amaral a partir de 26/06/2012, em atenção à averbação procedida no Ofício Seplag/DCCTA 171 (doc. SEI nº 16863979) em cumprimento à sentença proferida no Processo Judicial nº 9055864-28.2018.8.13.0024. ANULA o ato referente ao servidor: Masp 0371989-5, Lauro Sérgio Amaral, referente ao 2º quinquênio adm., publicado em 16/07/1992 com vigência em 04/04/1992, 3º quinquênio adm., publicado em 07/08/1997 com vigência em 19/06/1997, 4º quinquênio adm., publicado em 27/08/2002 com vigência em 18/06/2002 e 5º quinquênio adm., publicado em 14/07/2007 com vigência em 17/06/2007, conforme nota técnica SEI nº 17310735. CONCEDE QUINQUÊNIO, nos termos do artigo 112, do ADCT, da CE/1989, ao servidor: Masp 0371989-5, Lauro Sérgio Amaral, a partir de 15/04/1992, 3º quinquênio adm., a partir de 30/06/1997, 4º quinquênio adm., a partir de 29/06/2002 e 5º quinquênio adm., a partir de 28/06/2007, conforme nota técnica SEI nº 17310735.

22 1378141 - 1

RESOLUÇÃO SES/MG nº 7172, DE 22 DE JULHO DE 2020.
Altera a Resolução SES/MG nº 7107, de 14 de maio de 2020, que define os critérios e procedimentos extraordinários e temporários para renovação do Alvará Sanitário dos estabelecimentos sob fiscalização da Vigilância Sanitária Estadual em virtude da emergência de saúde pública internacional pelo novo coronavírus – COVID 19.
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE DE MINAS GERAIS, no uso de atribuição prevista no art. 93, § 1º, inciso III da Constituição do Estado de Minas Gerais, nos incisos I e II do art. 46 da Lei Ordinária Estadual nº 23.304, de 30 de maio de 2019, e considerando:
- a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;
- a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;
- a Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde/SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;
- a Lei Federal nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências;
- a Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019;
- a Lei Estadual nº 13.317, de 24 de setembro de 1999, que contém o Código de Saúde do Estado de Minas Gerais, em especial os artigos 81 e 82, I a III;
- o Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências;
- o Decreto NE nº 113, de 12 de março de 2020 que declara SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA em Saúde Pública no Estado em razão de surto de doença respiratória – I.S.1.1.0 – Coronavírus e dispõe sobre as medidas para seu enfrentamento, previstas na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020;
- o Decreto nº 47.886, de 15 de março de 2020, que dispõe sobre medidas de prevenção ao contágio e de enfrentamento e contingenciamento, no âmbito do Poder Executivo, da epidemia de doença infecciosa viral respiratória causada pelo agente Coronavírus (COVID-19), institui o Comitê Gestor do Plano de Prevenção e Contingenciamento em Saúde do COVID-19 – Comitê Extraordinário COVID-19 e dá outras providências;
- o Decreto Estadual nº 47.981, de 20 de março de 2020, que reconhece o estado de calamidade pública decorrente da pandemia causada pelo agente Coronavírus (COVID-19);
- a Portaria GM/MS nº 356, de 11 de março de 2020, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19);
- a Portaria GM/MS nº 454, de 20 de março de 2020, que declara, em todo o território nacional, o estado de transmissão comunitária do coronavírus (COVID-19);
- a Resolução RDC nº 63, de 25 de novembro de 2011, que dispõe sobre os requisitos de Boas Práticas para a prática de serviços de saúde;
- a Resolução RDC nº 346, de 12 de março de 2020, que define os critérios e procedimentos extraordinários e temporários para a certificação de boas práticas de fabricação para fins de registro e alterações pós-registro de insumo farmacêutico ativo, medicamento e produtos para a saúde em virtude da emergência em saúde pública internacional do novo coronavírus;
- a Resolução RDC nº 350, de 19 de março de 2020, que define os critérios e os procedimentos extraordinários e temporários para a fabricação e comercialização de preparações antissépticas ou sanitizantes oficiais sem prévia autorização da Anvisa e dá outras providências, em virtude da emergência de saúde pública internacional relacionada ao SARS-CoV-2;

- a Deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 nº 2, de 16 de março de 2020, que dispõe sobre a adoção do regime especial de teletrabalho como medida temporária de prevenção ao contágio e de enfrentamento e contingenciamento, no âmbito do Poder Executivo, da epidemia de doença infecciosa viral respiratória causada pelo agente coronavírus (COVID-19);
- a Deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 nº 12, de 20 de março de 2020, que institui o regime especial de teletrabalho para todos os servidores do Estado, nos termos que especifica;
- a Nota Técnica nº 1/SES/SUBVS-SVS/2020 que justifica a necessidade de inspeção remota para fins de renovação de alvará sanitário durante o estado de calamidade pública causada pelo novo coronavírus;
- a Nota Técnica nº 56/SES/SUBVS-SVS-DVMC/2020 que justifica a ampliação dos tipos de estabelecimentos abrangidos pela Resolução SES/MG nº 7107, de 14 de maio de 2020; e
- a necessidade de ampliar as disposições da Resolução SES/MG nº 7107, de 14 de maio de 2020, para outros estabelecimentos sujeitos ao controle sanitário;
RESOLVE:
Art. 1º – Alterar a disposição da Resolução SES/MG nº 7107, de 14 de maio de 2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Define os critérios e procedimentos extraordinários e temporários para concessão/renovação do Alvará Sanitário dos estabelecimentos sob fiscalização da Vigilância Sanitária Estadual em virtude da emergência de saúde pública internacional pelo novo coronavírus – COVID 19."(nr)

QUINTA-FEIRA, 23 DE JULHO DE 2020 – 15

Art. 2º – Alterar os arts. 1º e 2º da Resolução SES/MG nº 7107, de 14 de maio de 2020, que passam a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 1º – Definir os critérios e procedimentos extraordinários e temporários para a concessão e renovação do Alvará Sanitário dos estabelecimentos sob fiscalização da Vigilância Sanitária Estadual em virtude da emergência de saúde pública internacional pelo novo coronavírus – COVID 19.
Art. 2º – Os procedimentos estabelecidos nesta Resolução se aplicam aos estabelecimentos de saúde e de interesse saúde, fornecedores de insumos e produtos de interesse ao enfrentamento da epidemia pelo novo coronavírus, tais como fabricantes, importadores, transportadores, distribuidores e comércio varejista.
§1º – Não serão objeto desta Resolução os estabelecimentos cuja validade do alvará sanitário possa ser prorrogada nos termos da Lei Estadual nº 13.317/99.
§2º – Esta resolução se aplica as inspeções para início das atividades dos estabelecimentos sujeitos ao controle sanitário."(nr)

Art. 3º – Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.
Belo Horizonte, 22 de julho de 2020.
CARLOS EDUARDO AMARAL PEREIRA DA SILVA
SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE DE MINAS GERAIS

22 1378098 - 1

EXPEDIENTE DA DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

REGISTRA OPÇÃO POR COMPOSIÇÃO REMUNERATÓRIA, nos termos do inciso II do art. 27 da Lei Delegada nº 174 de 26/1/2007, com nova redação dada pelo art. 7º da Lei Delegada nº 182 de 21/01/11, da servidora VANESSA APARECIDA DE ASSIS, MASP 1206041-4, pela remuneração do cargo efetivo de Especialista em Políticas e Gestão da Saúde – EPGS, acrescida de 50% da remuneração do cargo de provimento em comissão DAD-4, SA1101795, a partir de 20/07/2020.

22 1378517 - 1

EXPEDIENTE DA DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

REGISTRA OPÇÃO POR COMPOSIÇÃO REMUNERATÓRIA, nos termos do inciso II do art. 27 da Lei Delegada nº 174 de 26/1/2007, com nova redação dada pelo art. 7º da Lei Delegada nº 182 de 21/01/11, da servidora LARISSA CRISTINA DE AGUIAR GOMES COSTA, Masp 752.935-7, pela remuneração do cargo efetivo de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental – EPPGG, acrescida de 50% da remuneração do cargo de provimento em comissão DAD-8, SA1100545, a partir de 22/07/2020.

22 1378177 - 1

EXPEDIENTE DA DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

REGISTRA OPÇÃO POR COMPOSIÇÃO REMUNERATÓRIA, nos termos do inciso II do art. 27 da Lei Delegada nº 174 de 26/1/2007, com nova redação dada pelo art. 7º da Lei Delegada nº 182 de 21/01/11, da servidora JANS BASTOS IZIDORO, MASP 1397037-1, pela remuneração do cargo efetivo de Especialista em Políticas e Gestão da Saúde – EPGS, acrescida de 50% da remuneração do cargo de provimento em comissão DAD-8, SA1100545, a partir de 20/07/2020.

REGISTRA OPÇÃO POR COMPOSIÇÃO REMUNERATÓRIA, nos termos do inciso II do art. 27 da Lei Delegada nº 174 de 26/1/2007, com nova redação dada pelo art. 7º da Lei Delegada nº 182 de 21/01/11, da servidora GRAZIELLE DIAS DA SILVA, MASP 1168902-3, pela remuneração do cargo efetivo de Especialista em Políticas e Gestão da Saúde – EPGS, acrescida de 50% da remuneração do cargo de provimento em comissão DAD-9, SA1100072, a partir de 20/07/2020.

REGISTRA OPÇÃO POR COMPOSIÇÃO REMUNERATÓRIA, nos termos do inciso II do art. 27 da Lei Delegada nº 174 de 26/1/2007, com nova redação dada pelo art. 7º da Lei Delegada nº 182 de 21/01/11, do servidor GUSTAVO DIAS DA COSTA MARTINS, MASP 668662-0, pela remuneração do cargo efetivo de Especialista em Políticas e Gestão da Saúde – EPGS, acrescida de 50% da remuneração do cargo de provimento em comissão DAD-9, SA1100197, a partir de 20/07/2020.

22 1378147 - 1

Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia de Minas Gerais - HEMOMINAS

Presidente: Júnia Guimaraes Mourão Cioffii

O(A) Presidente do(a) Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia do Estado de Minas Gerais exonera, nos termos do art. 106, alínea "b", da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, e do Decreto nº 45.537, de 27 de janeiro de 2011, ANA CRISTINA FERREIRA PAULA, MASP 1050723-4, do cargo de provimento em comissão DA1-18 CH1100139, a contar de 22/6/2020.

O(A) Presidente do(a) Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia do Estado de Minas Gerais nomeia, nos termos do art. 14, II, da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, do art. 1º, § 2º da Lei Delegada nº 175, de janeiro de 2007, e do Decreto nº 45.537, de 27 de janeiro de 2011, FERNANDO DE PAULA AVILA, MASP 11809480, para o cargo de provimento em comissão DA1-18 CH1100139, de recrutamento limitado, para chefiar o Serviço de Compras.

22 1378510 - 1

Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais - FHEMIG

Presidente: Fábio Bacchetti Vitor

EXTRATO DE ORDEM DE SERVIÇO Nº 15 DE 15/07/2020
Hospital Regional João Penido/FHEMIG Processo Administrativo Disciplinar/Processado: J.C.F. – MASP 1089630-6/Comissão Processante: Presidente: Gustavo Henrique Lacerda e Lacerda. Membros: Patrícia Lima Silva de Oliveira e Josilene Moreira de Castilho.

22 1378038 - 1

DESPACHO DE RECONDUÇÃO DE COMISSÃO PROCESSANTE
DIRETORIA DO HOSPITAL REGIONAL JOÃO PENIDO
O Diretor do Hospital Regional João Penido da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais - FHEMIG, no uso das atribuições que lhe foram conferidas por meio da Portaria Presidencial nº 1.651 de 04 de dezembro de 2019, tendo em vista os motivos apresentados através do Parecer de Auditoria nº 2270.152.2020, por necessidade comprovada de novas diligências, RESOLVE reconduzir a Comissão Processante designada pela Ordem de Serviço nº 12 de 09/07/2019, com extrato publicado no Diário Oficial de 27/07/2019, por 30 (trinta) dias, para conclusão dos trabalhos.

22 1378039 - 1

EXTRATO DE ORDEM DE SERVIÇO Nº 10 DE 15/07/2020
Hospital Regional João Penido/FHEMIG Processo Disciplinar Simplificado/Processado: S.B.P. – MASP 1462782-2/Comissão Processante: Presidente: Nayana Mara Silva dos Reis. Membros: Luana Mara da Silva Almeida e Vinicius Ribeiro Cerqueira.

22 1378037 - 1



Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade>, sob o número 320200722229460115.